

**AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX - UF**

**FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, absolutamente incapaz e **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, absolutamente incapaz, ambas representadas por sua genitora **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, cédula de identidade nº X.XXX.XXX SSP/UF e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, ENDEREÇO, CEP: XXXXXXXX, telefone: XXXXX-XXXX, vem por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, com fundamento na legislação vigente, propor o presente:

**DIVÓRCIO LITIGIOSO com pedido de Alimentos Provisórios**

Em face de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO, Cédula de Identidade nº X.XXX.XXX SSP/UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, ENDEREÇO, telefone: XXXXX-XXXX, pelas razões que seguem:

**DO MATRIMÔNIO E DA SEPARAÇÃO FÁTICA**

Os cônjuges casaram-se em DIA de MÊS de ANO, sob o regime da comunhão parcial de bens, conforme certidão de casamento anexa.

Contudo, o casal se separou de fato há quase xx (xx) mês, sem possibilidade de reconciliação.

**DOS FILHOS**

Da união advieram X (X) filhas: **FULANO DE TAL**, nascida em XX/XX/XXXX, menor absolutamente incapaz; e **FULANO DE TAL**, nascida em XX/XX/XXXX, menor absolutamente incapaz, conforme certidões de nascimento anexas.

## **DA GUARDA DOS FILHOS E DA REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS**

Insta registrar que as filhas do casal estão sob a guarda de fato do cônjuge mulher e assim permanecerão.

Quanto às visitas do genitor às filhas, estas serão livres.

## **DOS BENS, DA PARTILHA E DAS DÍVIDAS**

A Primeira Requerente, antes da sociedade conjugal, adquiriu o lote localizado no endereço, com área de X m<sup>2</sup> (X metros quadrados), conforme instrumento particular de cessão de direito anexo, avaliado atualmente em R\$ XX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais).

Após o matrimônio, o casal edificou uma casa no referido lote, sendo a edificação avaliada em R\$ XXX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais). Sendo assim, o imóvel compreendendo o lote e a construção é avaliado no valor de R\$ XXX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais), sendo que o lote no valor de R\$ XX.XXX,XX corresponde a X% desse valor, e o restante X% corresponde ao valor da construção/edificação.

Assim, deverá ao final ser declarado que o imóvel/lote **pertence com exclusividade a Requerente**, devendo somente ser partilhado a construção edificada no imóvel na proporção de xx% para cada cônjuge.

À Título de acordo, a Requerente concordaria que a partilha do imóvel e da construção edificada na mesma, quando da sua venda fosse realizada na seguinte proporção:

- X% do valor para a Requerente (**considerando que a mesma já é titular do imóvel (X%) + X% a incidir sobre a construção (que tem um percentual de X%);**

● **X do valor para o Requerido:**

Ainda, o casal adquiriu os eventuais direitos do veículo marca X, modelo XXXXX, cor XX, placa XXX-XXXX, chassi XXXXXXXX, ano/modelo ANO/ANO, Renavam XXXXXX UF em nome da pessoa de FULANO DE TAL, irmã do requerido, no valor de R\$ XX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais), sendo que embora o veículo não tenha sido transferido para o nome do Requerido no DETRAN, **este já recebeu fisicamente o bem, fazendo uso do mesmo diariamente, sendo que a procuração anexa demonstra que o bem pertence de fato ao casal.**

Assim, o referido veículo deverá ser partilhado na proporção de X% para cada cônjuge.

Ressalta-se ainda que as dívidas adquiridas na constância do casamento deverão ser abatidas de forma proporcional quando da dissolução do patrimônio adquirido pelo casal.

## **DOS ALIMENTOS**

Os requerentes se dispensam do pagamento de alimentos, por possuírem meios necessários para a própria subsistência.

Cabe ressaltar que o requerido trabalha como PRROFISSÃO, possuindo empresa em seu nome sob o CNPJ: XX.XXX.XXX/XXXX-XX, auferindo renda estimada em aproximadamente R\$ X.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO reais), a época da separação, conforme relata a terceira requerida.

Cumpre informar que antes da separação do casal, a terceira requerente nunca trabalhou, pois o querido não permitia, assim vivia sob as despesas do mesmo. E, atualmente, sua mãe a esta ajudando nas despesas pessoais e com as despesas das netas (primeira e segunda requerentes).

As filhas contam com X e X anos de idade e suas maiores necessidades estão a seguir discriminadas: alimentação, moradia, vestuário, saúde, educação, lazer, as quais e não podem ser custeadas em sua totalidade somente pela genitora.

Item	Gasto mensal em R\$
Alimentos	XXX,XX

Educação	XXX,XX
Remédios	XX,XX
Moradia/Luz/água	XXX,XX
Vestuário	XXX,XX
Lazer	XXX,XX
Total	X.XXX,XX

Desta forma, deverá o Requerido ser condenado ao pagamento de alimentos para os X (XXXX) filhas no percentual de XX% do **salário-mínimo**, sendo X % para cada filha, considerando a renda que o genitor auferir como autônomo, a serem depositados até o **dia xx de cada mês**, na conta poupança de titularidade da terceira requerente, a **saber: conta: , agência , operação , NOME DO BANCO.**

**Ressalta-se ainda que o requerido não possui outros filhos, podendo assim arcar com o valor pleiteado a título de alimentos.**

## **DO NOME**

O cônjuge mulher, após sentença homologatória que decretar o divórcio do casal, voltará a usar seu nome de solteira, qual seja: **FULANO DE TAL.**

## **DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requerem:

termos do art. 98, do CPC;

a) a concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos

b) a intervenção do Ministério Público;

c) a fixação dos alimentos provisórios no valor de X% do salário mínimo, sendo X% para cada filha, a serem depositados na conta da terceira requerente, **conta: , agência , operação , NOME DO BANCO.**

d) o retorno do nome da terceira requerente para seu nome de solteira, a saber: **FULANO DE TAL.**

e) A citação do Réu, para comparecer a audiência de conciliação/mediação, considerando o interesse do Autor na sua realização (art. 319, VII, do CPC), e restando frustrada essa, que apresente resposta no prazo de 15 dias, sob pena de revelia;

f) ao final, quando da resolução do mérito, seja decretado o divórcio do casal, observando os termos da presente petição, bem como, **fixados os alimentos definitivos a serem pagos pelo Requerido a favor dos filhos menores**, no mesmo percentual reivindicado provisoriamente.

Requerem, ainda, provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos.

Valor da causa: R\$ XXX.XXX,XX

Nesses termos, pedem deferimento.

XXXXXXXX-UF,      XX/XX/XX XX:XX:XX

**FULANO DE TAL**  
*Terceira Requerente*

FULANO DE TAL  
*Defensor Público*

**Rol de testemunhas**

**FULANO DE TAL, ENDEREÇO, (XX) X.XXXX-XXXX**

**FULANO DE TAL, ENDEREÇO, (XX) X.XXXX-XXXX**